

EDUCAÇÃO NÃO É ESCOLA - APRENDER NÃO É (APENAS PELA) EDUCAÇÃO

Além de limitada em termos de compreensão, a linguagem presta-se a vários equívocos de interpretação. O saber experiencial não tem de ser reconhecido para conferir qualificações, mas como modo alternativo de aprendizagem.

SE, PARA alguns, a primeira afirmação do título poderá parecer uma evidência, e, para outros, mais uma “modernice” das Ciências da Educação, ela mais explicitamente pretende clarificar que a educação não se restringe à Escola, por um lado, mas que este movimento deverá ser igualmente considerado no sentido inverso, por outro. Quero com isto dizer, escolarizar menos os assuntos da vida e acentuar mais a dimensão educativa (e não estritamente instrutiva) da Escola.

Os assuntos da vida, os assuntos da sociedade, entram pela porta grande da Escola: entendeu-se que, havendo crianças cujas dificuldades radicam num frágil apoio familiar, necessário se tornava formar os seus pais; e o acesso dificilmente controlável à informação tornou óbvio que, por muito conservador que se queira ser, não se pode evitar falar da vida sexual com os jovens; a participação social, mascarada de cidadania ou ainda de alguma perspectiva de civismo, aparece como mais uma dimensão a trabalhar por antecipação. E onde caem todas estas “urgências”? Na Escola, segundo os modelos da Escola e ignorando as particularidades do mundo da vida das pessoas. É neste contexto que, privilegiando agora a segunda afirmação do título, proponho uma breve reflexão a partir das palavras de Munir Fasheh – professor de Matemática, palestino, que pensa e discute a educação menos a partir da figura institucionalizada da Escola e mais a partir das comunidades onde as pessoas se inserem, têm raízes e constroem as suas fundações.

Num artigo onde discute *Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos?*, Munir Fasheh afirma ser sua preocupação “garantir que o aprendiz não perca o que já possui; que ser alfabetizado não pode ser considerado superior a outras formas; que o aprendiz possa utilizar o alfabeto, em vez de ser usado por ele”; por outras palavras, “precisamos analisar não somente o que a alfabetização acres-

centa na forma como é concebida e implementada, mas também o que subtrai ou torna invisível”.

A experiência de Fasheh numa nação sem Estado, permanentemente sob a observância e controlo de outra nação, agudiza a sua sensibilidade para a questão do controlo (social) efetuado por intermédio das instituições: a Escola é uma e não deixa de evidenciar uma perspectiva hegemónica de entender o que se deve aprender, mas igualmente o que deve ser educar. Nas suas palavras, “universalismo, mais do que qualquer outra coisa, tem sido a causa principal para se eliminar a diversidade que, a meu ver, constitui a essência da vida”.

E, reportando-se ainda à alfabetização, Fasheh acrescenta, “a linguagem é limitada em termos de compreensão. O facto é que experimentamos muito mais do que podemos entender por meio da mente, e compreendemos muito mais do que podemos expressar pela linguagem”. O que o leva a afirmar ainda que a “educação representa apenas uma das formas de aprender: (...) a minha esperança era que aprendêssemos, de novo, como ser humildes e nos tornássemos conscientes da diversidade de formas de aprender, conhecer, perceber, viver e se expressar, e que tais formas não podem ser comparadas usando medidas lineares.”

Afirmo em artigo anterior (*Resgatar a experiência*, PÁGINA nº 193) que embora o programa de formação de adultos RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) tenha inegáveis características positivas – desde logo por eleger a experiência dos sujeitos como fonte de recursos essencial –, o problema é que a sua legitimação só se faz por aferição a um quadro de qualificações formais.

Era exatamente aqui que queria chegar: o saber experiencial não tem de ser reconhecido para conferir qualificações, ele tem de ser reconhecido como modo alternativo de aprendizagem.

Vale a pena destacar ainda, na visão

de Fasheh, aquilo que deveriam ser considerados os direitos humanos fundamentais: “interpretação pessoal” e “investigação independente de significados”. Para o autor, “ironicamente, não recebem menção na Declaração Universal dos Direitos Humanos!”

E se a educação não é a forma única de aprender, a Escola não será certamente o modelo exclusivo de educar. Mas...

A este respeito, um outro autor respeitado e algo ‘na moda’, o sociólogo polaco Zygmunt Bauman, refere, no artigo *Education in Liquid Modernity*, a propósito da concorrência ao monopólio dos estabelecimentos de ensino enquanto guardadores do conhecimento (concorrência, entre outros, dos fornecedores de *software* informático), que um dos mais notados efeitos desta concorrência sobre teóricos e práticos da educação é a mudança de acentuação do ‘ensinar’ para o ‘aprender’: “transferir para o estudante individual a responsabilidade pela composição da trajetória de ensino/aprendizagem (e, obliquamente, pelas suas consequências pragmáticas) reflete a crescente falta de vontade dos estudantes em assumir compromissos de longo prazo que constriam o leque de opções futuras e limitem o campo de manobra”.

Mas importa perceber que a não exclusividade da Escola como lugar da educação pode ter mais do que uma interpretação: “Entre os efeitos conspicuos das pressões de desinstitucionalização estão a ‘privatização’ e a ‘individualização’ das situações de ensino/aprendizagem, bem como uma gradual, ainda que implacável, substituição da ortodoxa relação professor-aluno pelo padrão fornecedor-cliente ou consumidor de centro comercial.”

Poderíamos acrescentar às palavras de Fasheh que, além de limitada em termos de compreensão, a linguagem presta-se, igualmente, a vários equívocos de interpretação.

Henrique Vaz